



ARTÍCULO | ARTIGO | ARTICLE

Fermentario N. 9, Vol. 2 (2015)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy

Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien, Sorbonne. www.ceaq-sorbonne.org

SCHILLER, MARCUSE E EROS COMO FUNDAMENTO DE UM NOVO
PRINCÍPIO DE REALIDADE EDUCACIONAL.

Daltro Lucena Ulguim¹

Avelino da Rosa Oliveira²

SCHILLER, MARCUSE E EROS COMO FUNDAMENTO DE UM NOVO PRINCÍPIO DE
REALIDADE EDUCACIONAL.

RESUMO

Marcuse foi um filósofo que pensava Eros como uma das instituições constituintes da Estética capazes de fundamentar a emancipação humana. Uma de suas inspirações para fundamentar sua teoria de *Eros como elemento emancipador* foi à obra *A educação estética do homem: numa série de cartas* de Schiller. Ao que tudo indica Marcuse busca ali os elementos necessários para fundamentar seu novo princípio de prazer. Nosso objetivo neste artigo é apresentar o conceito de novo princípio de realidade de Marcuse devidamente amparado em Schiller como base de uma teoria educacional emancipadora.

PALAVRAS CHAVES: Princípio de Prazer; Eros; Belo; Princípio de Realidade; Princípio de realidade estabelecido.

¹ **Daltro Lucena Ulguim** é Doutor em Educação (UFPel, 2015), com Mestrado em Educação (UFPel, 2007) e Mestrado em Filosofia (UFPel, 2010). Tem Especialização em Educação (UFPel, 2005), em Filosofia (UFPel, 2004), em Metodologia do Ensino Superior (PUC-RS, 1991) e em Direito Civil e Empresarial (FURG, 1996). Graduado em Psicologia (UCPEL, 2008) e em Direito (PUC-RS, 1986).

E-mail: lucenaulguim@gmail.com

² **Avelino da Rosa Oliveira** é professor titular na Universidade Federal de Pelotas, orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPel). É Mestre em Filosofia (PUC-RS, 1996) e Doutor em Educação (UFRGS, 2002).

E-mail: avelino.oliveira@gmail.com

SCHILLER, MARCUSE AND EROS AS BASIS OF A NEW PRINCIPLE OF EDUCATIONAL REALITY.

ABSTRACT

Marcuse was a philosopher who thought Eros as one of the constituent institutions of aesthetics capable of supporting human emancipation. One of his inspirations to substantiate its theory of *Eros* as emancipatory element was the work *Aesthetic Education of Man: a series of Schiller letters*. Apparently Marcuse indicates there search the elements needed to substantiate his new pleasure principle. Our goal in this article is to introduce the concept of new Marcuse's reality principle properly supported in Schiller as the basis of an emancipatory educational theory.

KEY WORDS: Pleasure Principle; Eros; beautiful; Reality Principle; Reality principle established.

Introdução.

Marcuse afirma que uma de suas inspirações para fundamentar sua teoria de *Eros como elemento emancipador* foi à obra *A educação estética do homem: numa série de cartas* de Schiller. Ao que tudo indica Marcuse busca ali os elementos necessários para fundamentar seu novo princípio de prazer. Nosso objetivo neste artigo é apresentar o conceito de novo princípio de prazer de Marcuse com amparado em Schiller como base de uma teoria educacional emancipadora.

Schiller (2011: 21) esclarece que “defenderá o belo e a causa da beleza”. Marcuse fundamenta seu novo princípio de realidade em Freud e Schiller. No primeiro busca as raízes do princípio de realidade, no segundo a potência de *Eros* contido na estética do Belo para dar força ao princípio de vida expresso no princípio de prazer. Seu objetivo é diminuir a mais-repressão contido no princípio de realidade da teoria freudiana.

Marcuse estende o conceito de princípio de realidade para o campo social, apresentando-o como um conjunto de instituições que simbolizam os princípios da lei e da ordem. Essa ampliação do sentido do princípio de realidade reforça a crítica de que não existia uma perspectiva histórica na proposição de Freud. O conceito se restringia ao nível psíquico e individual, pois a teoria freudiana não considerava que a realidade externa era também uma realidade histórica: “O princípio de desempenho é, portanto, o princípio de realidade repressivo que governa a civilização contemporânea” (Campos, 2004: 34-35).

O TEMA.

Marcuse investe na força de *Eros* demonstrada por Schiller: com ele alavancará de forma vigorosa seu novo princípio de realidade. Por dedução, se para Schiller o belo é a expressão do vigor de *Eros* e, sendo este integrante do

princípio de prazer, então é possível uma mudança radical na reprodução social do educando através de um novo princípio de realidade.

Schiller entende que a natureza não trata o homem melhor de que suas demais obras. A natureza age no lugar do homem, onde esse não pode agir por si mesmo: “O que faz o homem, porém, é justamente não se bastar com o que dele a natureza fez, mas ser capaz de refazer regressivamente com a razão os passos que ela antecipou nele [...]” (Schiller, 2011: 25).

Através das privações, segundo as leis da natureza, que lançaram o homem em estado de necessidade antes que, com sua liberdade, pudesse escolher outro estado e pudesse construí-lo, segundo as leis da razão:

[...] ele recupera a infância em sua maturidade, forma na ideia um *estado de natureza* que não lhe é dado por nenhuma experiência, mas é posto como necessário por sua determinação racional, empresta-se neste estado ideal um fim último que não conheceu em seu estado de natureza real, e uma escolha da qual não seria capaz, procedendo então como se começasse pelo início e, por claro saber e livre decisão [...] (Schiller, 2011: 25).

Na edificação de um estado moral nos apoiamos em Schiller (2011: 29). Essa lei moral é a vontade livre transportada para o reino das causas, onde tudo se articula com rigorosa necessidade e constância. Contudo, as determinações da vontade humana são contingentes, porque apenas no ser absoluto as necessidades físicas e morais podem coincidir. Assim, a vontade do homem é livre entre dever e inclinação, porque nenhum constrangimento físico pode intervir nesse direito sagrado.

Schiller (2011: 39) entende que, em profundidade, a mente depende do grau de sua vivacidade e, em extensão, ela depende da riqueza da imaginação e da fantasia; mas, a força da fantasia poderá ser roubada pela razão e pela faculdade analítica, diminuindo a riqueza da imaginação.

Por este motivo Marcuse entende que o belo é pleno da força criadora de *Eros* que é parte integrante do princípio de prazer, mas insiste na dessublimação para libertar a força criadora de *Eros* da escravidão da mais-repressão. Só assim o princípio de prazer poderá fazer parte de um novo princípio de realidade. Marcuse entende que “A sublimação consiste na reorientação da libido para alvos não sexuais, isto é, quando a energia de natureza sexual é desviada de sua finalidade primária, encontrando satisfação (incompleta) em objetivos socialmente valorizados” (Campos, 2004: 27).

Agora podemos entender por que a mente necessita de toda energia psíquica de *Eros* livre, o qual pode, com direção e objetivo, remeter toda sua força prodigiosa para que fantasia e imaginação possam criar. Se a libido estiver a serviço da labuta ou do sexo, a mente se torna estéril e sem força mental criadora.

Schiller entende que o entendimento puro usurpa a autoridade do mundo sensível, pois o entendimento empírico procura submetê-lo às condições da experiência, todavia as duas disposições podem amadurecer até o limite possível, esgotando toda a extensão de suas esferas. Se, por um lado, a imaginação ousar dissolver a ordem do mundo, por outro, forçará a razão a ascender às fontes mais elevadas do conhecimento, buscando auxílio na lei da necessidade. A questão é: “[...] dissolvido em entendimento puro e pura intuição, será o espírito capaz de trocar as severas algemas da lógica pelo livre andamento da força poética, de apreender a individualidade das coisas com um sentido fiel e casto?” (Schiller, 2011: 40).

Schiller (2011: 49) acredita que o homem precisará educar sua mente para a beleza estética, não para orgulho próprio, mas para seus sentidos apreenderem o belo.

Schiller (2011: 54) admite que exista outro conceito de beleza com fonte diversa da experiência: é através dela que se deve reconhecer aquilo que se chama de belo. Se este conceito racional puro de beleza pudesse ser achado deveria ser mostrado pela abstração, deduzido da natureza sensível e racional, porque desse conceito não pode ser retirado nenhum caso real.

Para Schiller (2011: 57), apenas a sensibilidade pode fazer de sua capacidade uma força real; apenas sua personalidade faz de sua atuação algo que é próprio. É preciso que o mundo dê forma à matéria para que não seja apenas mundo, para que não seja apenas forma, é preciso que realize a disposição que tem em si.

Marcuse (1969-b: 37) aproveita de forma vigorosa a categoria da sensibilidade da educação estética de Schiller para anexá-la em sua obra *Um Ensaio Sobre a Liberdade* e em sua teoria estética: “A nova sensibilidade torna-se uma força política. Atravessa a fronteira entre a órbita capitalista e a comunista; é contagiosa porque a atmosfera, o ‘clima’ da sociedade estabelecida transporta o vírus da revolução”.

A nova sensibilidade não é só uma força política, é também um fator político (Marcuse, 1969-b: 39). Essa nova sensibilidade vem marcar a supremacia do instinto de vida sobre o instinto de morte e sobre a cultura, criando, em escala social, a necessidade vital da abolição da injustiça e da miséria, modelando a evolução para um novo nível de vida.

Os instintos vitais encontrariam sua expressão racional e sua sublimação no planejamento da distribuição do tempo de trabalho socialmente necessário dentro de cada setor e entre os vários ramos de produção, estabelecendo prioridades de objetivos e escolhas (Marcuse, 1969-b: 40). Em suas palavras:

A nova sensibilidade tornou-se, por essa mesma característica, *práxis*: emerge na luta contra a violência e a exploração, onde quer que essa luta se desenvolva por meios e formas de vida essencialmente novos: negação de todo o *establishment*, da sua moralidade, da sua cultura; afirmação do direito de construir uma sociedade onde a abolição da pobreza e do trabalho árduo conduz a um universo onde o sensível, o lúdico, a tranquilidade e o belo se tornam formas de existência e daí a *forma* da própria sociedade (Marcuse, 1969-b: 41-42).

Schiller (2011: 59) verifica que há uma dupla tarefa oposta por duas forças convenientemente chamadas de impulso, que nos obrigam à realização de seus objetos que é: dar realidade ao que é necessário e submeter à lei da necessidade a realidade fora de nós. Ao primeiro destes impulsos, a parte da existência física do homem e de sua natureza sensível, Schiller denominará de “impulso sensível” e vai submetê-lo às limitações do tempo até torná-lo matéria. A este impulso que exige que o tempo seja modificado, tenha conteúdo como espaço de tempo preenchido Schiller chamará sensação. Somente por ele o impulso manifestará sua existência física.

Ao segundo impulso, denominará de “impulso formal”. Esse partirá da existência absoluta do homem ou de sua natureza racional, e vai pô-lo em liberdade. Esse impulso levará harmonia à multiplicidade dos fenômenos, afirmando a pessoa em detrimento de qualquer tentativa de alteração (Schiller, 2011: 60).

Para Schiller (2011: 63), na medida em que um desses impulsos exige modificação o outro exige imutabilidade: nada parece mais oposto do que a tendência destes impulsos. Como será possível reconstituir a unidade da natureza humana que parece estar suprimida por esta oposição radical? O impulso sensível exige que a modificação seja uma alternância de princípios que

não se estenda à pessoa e seu âmbito. O impulso formal reclama a identidade da sensação, da unidade e da permanência. Porém, estes impulsos, embora pareçam, não são opostos por natureza porque se tornaram opostos por livre transgressão da natureza.

A incumbência da civilização é vigiar e assegurar os limites de cada um destes impulsos. Ela deve igual justiça a ambos, pois sua tarefa é dupla: não deve afirmar apenas o impulso racional contra o sensível, mas também não deve afirmar apenas o impulso sensível contra o racional. Em primeiro lugar, deve resguardar a sensibilidade das transgressões da liberdade; em segundo, deve defender a personalidade contra o poder da sensibilidade. Mas, quando as duas qualidades se unificam, o homem conjuga a máxima plenitude de existência à máxima independência de liberdade (Schiller, 2011: 63-64).

Schiller (2011: 69) chega ao conceito de ação recíproca entre os dois impulsos, onde a eficácia de cada um funda e limita a eficácia do outro. Um encontra sua máxima manifestação quando o outro começa a ser ativo. Contudo, o homem não consegue experimentar sua concordância enquanto satisfaz um destes impulsos ou os dois sucessivamente. Quando experimenta o impulso sensível fica oculto o impulso racional: sua existência absoluta e sua pessoa se escondem; quando pensa racionalmente fica oculto o impulso sensível: conseqüentemente fica-lhe oculto seu estado e sua existência no tempo. Se existissem casos em que o homem tivesse simultaneamente esta dupla experiência da consciência de sua liberdade e do sentido de sua existência, se perceberia como matéria e como espírito. Nesse caso, teria uma intuição plena de sua humanidade.

Chegamos agora ao clímax da teoria de Schiller (2011: 69), quando ele mostra a essência de seu pensamento sobre educação estética do homem. No entendimento de Schiller, na experiência ocorrem casos desta espécie, despertando no homem um novo impulso que ele chamou de impulso lúdico. Esse impulso lúdico seria o resultado da atuação conjunta dos outros dois anteriores: o impulso formal e o impulso sensível.

Pedindo vênias, Schiller (2011: 70) se permite chamar a este novo impulso de Lúdico: resultado da fusão dialética do impulso sensível com o impulso racional ou do pensar. Este impulso lúdico estaria direcionado à modificação da identidade, para suprimir o tempo no tempo, ligando o devir ao

ser absoluto. Mas, o impulso lúdico, que ocorre quando atuam juntos impulso sensível e impulso racional, imporá necessidades físicas e morais ao espírito de uma só vez e por eliminação de toda contingência libertará o homem moral e fisicamente.

O lúdico nasce da combinação e ação recíproca destes dois impulsos opostos e antagônicos, em cuja ligação e equilíbrio perfeito de realidade e forma poderá se procurar o ideal mais alto: a vida. Todavia, este equilíbrio perfeito permanece na ideia e jamais poderá ser alcançado na plenitude da realidade: nesta, permanecerá sempre o predomínio de um elemento sobre o outro. A experiência plena pode atingir apenas uma variação mínima entre os dois princípios onde ora domine uma forma, ora domine outra. Na ideia a beleza é plena, indivisível e eterna porque pode existir num único ponto de equilíbrio; na experiência a beleza será eternamente dupla, porque na variação o equilíbrio só pode ser minimamente transgredido (Schiller, 2011: 79).

Não é de se estranhar que Marcuse foi procurar apoio na filosofia de Schiller (2011: 81), pois esse pode explicar e responder sobre a contradição que existe nos juízos do homem sobre a influência do belo ou na avaliação da cultura estética. Esta contradição é explicável quando lembramos que na experiência é dada uma dupla beleza e que estas afirmam do gênero inteiro aquilo que cada um é capaz em uma espécie determinada. A contradição é suprimida logo que se distingue a dupla carência humana a que corresponde à dupla beleza.

Conforme Schiller (2011: 83-84), pode-se demonstrar que essas duas limitações podem ser suprimidas eficazmente pela beleza, que faz no homem tenso a harmonia e no homem distendido a energia, reconduzindo ambos, segundo sua natureza, do estado limitado ao absoluto, tornando o homem um todo perfeito em si mesmo. Ele entende que a beleza suavizante está para uma mente tensa, assim como a beleza enérgica está para uma mente distendida. O homem fica tenso tanto sob a coerção das sensações quanto sob a coerção dos conceitos. A dominação exclusiva de um de seus dois impulsos fundamentais coloca o homem em um estado de coerção e violência, porque a liberdade somente ocorre na atuação conjunta de seus dois impulsos naturais. O homem dominado unilateralmente por sentimentos ou sensivelmente tenso é dissolvido e libertado pela forma; o homem dominado unilateralmente por leis ou espiritualmente tenso é dissolvido e posto em liberdade pela matéria.

A beleza, diz Schiller (2011: 87), conduzirá o homem sensível à forma e ao pensamento e, igualmente, o homem espiritual à matéria para lhe devolver ao mundo sensível. Para não restar dúvidas: a beleza liga estes estados opostos um ao outro quando suprime suas oposições que na medida em que são suprimidas podem ser ligadas. A tarefa seria tornar esta ligação tão perfeita e executá-la de forma tão pura e completa que os dois estados venham desaparecer sem deixar nenhum vestígio para dar nascimento a um terceiro.

Schiller (2011: 91-92) entende que o pensamento é uma faculdade do impulso formal que se manifesta mediante os sentidos. E mesmo que em sua manifestação o pensamento dependa em parte da sensibilidade esta só se pronunciará mediante oposição ao impulso de pensar. Para Schiller (2011: 93-94), a vontade deve estar para os dois impulsos como um poder. Nenhum deles, um em face do outro e por si só, podem comportar-se como poder, pois não existe outro poder senão o da vontade. Sua liberdade interior somente pode ser suprimida do homem pela morte e pelo roubo de sua consciência.

Vontade e liberdade humana só tem início quando se desenvolvem este dois impulsos fundamentais para alcançar o impulso lúdico. Enquanto o homem for incompleto é sinal de que um destes impulsos foi excluído e a liberdade não pode existir. A liberdade só será restituída quando o homem puder se tornar novamente completo. É uma evidência que o impulso sensível preceda o impulso racional, porque a sensação precede a consciência, sendo nesta prioridade e no impulso sensível que se encontra a chave de toda história da liberdade humana (Schiller, 2011: 97).

A mente passa da sensação ao pensamento mediante uma disposição intermediária, onde sensibilidade e razão estão simultaneamente ativas, suprimindo-se mutuamente ao poder de determinação, em que mediante oposição alcançam a negação. Nesta disposição intermediária quando a mente não está constrangida física ou moralmente ocorre à disposição livre, embora os dois impulsos ainda estejam ativos. Se físico é o estado de determinação sensível, e se lógico e moral é o estado de determinação formal, obviamente, Schiller chamará de estético ao estado de determinação real e ativa (Schiller, 2011: 98).

Para Schiller (2011: 107-108), o segredo do educador seria este: pela forma destruiria sua matéria. Quanto mais imponente e ambicioso for o conteúdo,

quanto mais impuser seu efeito, quanto mais o espectador se inclinar na consideração da matéria, mais triunfante será a arte, mantendo distante o apreciador e firmando seu domínio sobre a matéria.

Assim, somente pelo estágio intermediário de liberdade estética se dá a passagem do estado passivo da sensibilidade para o estado ativo do pensamento. Este estado intermediário de liberdade estética é condição necessária sem a qual não chegaremos ao conhecimento ou à intenção moral. Diria Schiller (2011: 109): “Numa palavra: não existe maneira de fazer racional o homem sensível sem torná-lo antes estético”. Assim:

O homem sensível é já (fisicamente) determinado e não mais tem a livre determinabilidade; ele tem de recuperar essa determinabilidade perdida antes de poder trocar sua determinação passiva por uma ativa. Mas só pode recuperá-la à medida que perde a determinação passiva que possuía ou *à medida que já contém em si a determinação ativa* para a qual deve passar (Schiller, 2011: 109-110).

Schiller (2011: 110) entende que o homem estético distingue-se do homem sensível. Para transformar homem estético em herói ou sábio basta o desafio de uma situação que atue de modo imediato sobre a faculdade de sua vontade. No homem sensível, para obter-se o mesmo efeito, é necessário modificar antes sua própria natureza. Como o estado moral só pode nascer no homem estético, e nunca no homem físico, é tarefa da cultura e, no caso, da educação submeter o homem à razão e à sensibilidade em sua vida física e sensível, tornando-o estético através do lúdico para que possa alcançar o reino da beleza.

Neste ponto, nos apropriamos do vigor da possibilidade de transformação do homem sensível em homem estético, possibilitando que este enfrente situações desafiadoras que lhe despertarão a faculdade da vontade através de uma educação amparada por um novo princípio de realidade. Agora, com *Eros* e sua potencialidade liberto do princípio de realidade estabelecido o homem sensível poderá se tornar ético, transmitindo à próxima geração suas potencialidades.

Na prática educacional o homem sensível, originário do homem físico, será estimulado para o surgimento de uma nova natureza humana baseada em um novo princípio de realidade distinto do princípio de realidade estabelecido. O surgimento de uma nova natureza humana possibilitará um novo estágio moral fundado em um novo princípio de realidade, capacitando o homem físico e

sensível a se tornar estético, possibilitando o surgimento de uma nova tarefa da cultura orientada pelo impulso lúdico derivado da dialética entre o impulso formal e o impulso sensível.

Schiller (2011: 113-114), compreende que o homem como espécie, em determinada ordem, isolado ou coletivamente tem de percorrer necessariamente três estágios do desenvolvimento para cumprir seu ciclo de evolução. No estágio físico o homem sofre o poder da natureza. No estágio estético pode libertar-se deste poder da natureza e pode dominá-la no estágio moral.

Razão e sensibilidade entrariam em equilíbrio, abrindo o novo estágio moral da humanidade: o estágio ético capaz de criticar, problematizar e emancipar o educando através da educação. De acordo com este novo princípio de realidade, que Marcuse nos apresenta, a consequência mais provável é de uma nova natureza humana multidimensional voltada para o sujeito que, a partir de seu autoconhecimento como ser livre e uma educação crítica emancipadora, se capacita criar e dirigir sua própria história mesmo nas condições em que esta lhe é imposta.

Quando a razão ainda não se manifestou e o físico domina o homem como necessidade cega, ou quando a razão ainda não se purificou o suficiente dos sentidos, com a moral servindo ao que é físico, o princípio dominante é material. O homem ainda é um ser sensível, mas ao se purificar dos sentidos se torna um ser racional, com a diferença de que no primeiro caso é um animal irracional e no segundo é um animal racional. Todavia não deve ser nenhum dos dois. Sendo humano, nem a natureza nem a razão devem dominá-lo de maneira exclusiva ou condicionalmente. Os dois impulsos devem coexistir, plenos e perfeitamente unidos (Schiller, 2011: 117-118).

No estado sensível ou físico, o homem capta o mundo sensível de maneira puramente passiva: apenas o sente, sendo plenamente uno com ele. Por ser o próprio mundo, não é ainda homem, é apenas mundo. No estado estético o homem se coloca fora de si e pode contemplar sua personalidade: ele se descola de si e surge o mundo do qual deixou de ser uno com ele. A necessidade sensível e natural, que domina o poder sem dividir, acaba por libertar o objeto da reflexão, quando o homem se descola do mundo. Há uma trégua momentânea nos sentidos, o tempo antes eterno e imutável agora

repousa e os primeiros raios da consciência convergem para uma imagem do infinito (Schiller, 2011: 119).

De dependente da natureza para sobreviver, quando apenas sentia o mundo, o homem passa a seu organizador. A natureza que lhe dominava, enquanto poder, agora é objeto do seu olhar julgador e nada pode contra ele e, por ser objeto deste olhar julgador, ele se torna objeto de seu poder. O homem está a salvo dos seus efeitos na medida em que dá forma à matéria pelo trabalho³. Nada pode ferir o espírito a não ser aquilo que lhe toma a liberdade, mas o homem comprova sua liberdade na medida em que forma o que não tem forma. Sendo obra da livre contemplação, a beleza penetra no mundo das ideias sem deixar o mundo sensível como ocorre no conhecimento da verdade (Schiller, 2011: 120).

A beleza, diz Schiller (2011: 121): “Numa palavra: é, simultaneamente, nosso estado e nossa ação”. Sendo objeto de nossa reflexão, ao mesmo tempo em que é o estado de nosso sujeito, a beleza é condição para sentirmos sua sensação: o sentimento é a condição sem a qual não podemos representá-la. A beleza é a forma pela qual a contemplamos, ao mesmo tempo em que é vida, já que a sentimos. O homem é livre em comunidade com a sensibilidade.

Necessariamente resulta do conceito de beleza que a liberdade seja suprassensível e absoluta. No belo, não se questiona como o homem se eleve (no seu limite ao absoluto), opondo-se à sensibilidade no seu pensamento e no seu querer. Não se questiona como se passa do belo à verdade por que a verdade está em potência na beleza. Verdade e beleza abrem caminho para uma realidade comum em uma realidade estética (Schiller, 2011: 122).

Por este motivo o conceito de beleza de Schiller é de importância capital em Marcuse. Em Schiller, a beleza contém em potência a verdade e a liberdade, suprassensível e absoluta. O belo ao reunir, em potência, tanto a verdade como a liberdade constrói o caminho perfeito para a emancipação do homem. O belo reúne em si, tanto na sua criação quanto na contemplação, *Eros* pronto para ser liberado, mas só poderá ser liberado na medida em que se afrouxarem, como ensina Marcuse, o controle do princípio de realidade estabelecido sobre o princípio de prazer, quando se suprimir a mais-repressão.

³ Marx chama isso de “objetivação”.

Schiller (2011: 131) ensina que a imaginação, como os movimentos do corpo, em seu livre movimento e jogo material sem nenhuma referência à forma, é livre no seu poder e independência. Mas, enquanto a forma não estiver associada a estes jogos de fantasia e a estas sequências de imagens a beleza não mostrará seus encantos.

Como a imaginação é criadora de fantasia e de imagens, Marcuse aproveita esta categoria da filosofia de Schiller para sugerir também a emancipação do aparelho psíquico do homem do princípio de realidade estabelecido, o qual mantém o controle do princípio de prazer:

Apenas um modo de atividade mental é “separado” da nova organização do aparelho mental e conserva-se livre do domínio do princípio de realidade: é a fantasia, que está protegida das alterações culturais e mantém-se vinculada ao princípio de prazer. Em tudo o mais, o aparelho mental está efetivamente subordinado ao princípio de realidade. A função de “descarga motora”, que, durante a supremacia do princípio de prazer “servira para aliviar o aparelho mental da acumulação excessiva de estímulos” é agora empregada na “alteração apropriada da realidade”: é convertida em ação (Marcuse, 1999: 35, grifo nosso).

Maria T. C. de Campos (2004: 33), interpretando Marcuse, capta o significado de fantasia neste sentido: “Somente uma forma da atividade do pensamento escapou ao controle do princípio de realidade. Foi o ‘fantasiar’, que permaneceu vinculado ao princípio de prazer”.

O impulso lúdico, por característica da liberdade, se livra da coerção e acrescenta abundância estética à necessidade, tornando o belo seu objeto. Livre, o prazer entra no rol de suas necessidades e o que era desnecessário se torna o seu melhor na sua alegria. O impulso lúdico instaura seu reinado de jogo, alegria e aparência entre o reino das forças e o reino das leis, retirando o homem da prisão das circunstâncias, libertando-o da coerção física ou moral (Schiller, 2011: 132-133).

Leitor de Schiller, Marcuse aproveitou parte de sua filosofia sobre o belo, que está caracterizado na obra *A Dimensão Estética e Eros e Civilização*. Verifica-se isto pelo que está explícito na obra *A Dimensão Estética*:

A arte pode ser revolucionária em muitos sentidos. Num sentido restrito, **a arte pode ser revolucionária** se representa uma **mudança radical** no estilo e na técnica. Tal mudança pode ser empreendida por uma verdadeira vanguarda, antecipando ou refletindo mudanças substanciais na sociedade em geral (Marcuse, 1977: 12-13, grifo nosso).

Marcuse (1977: 12) adverte que uma definição meramente técnica da arte revolucionária nada pode dizer da qualidade de uma obra, nem de sua autenticidade ou verdade. É enfático na tese de que a literatura (incluímos a arte) não é revolucionária por si mesma só porque foi escrita para a classe trabalhadora ou para uma revolução. A literatura só será revolucionária em determinado sentido quando, em referência a si própria, forma seu potencial político como conteúdo, baseando-se em sua própria dimensão estética.

A arte, para Marcuse (1977: 12-13), pode ser revolucionária em diversos sentidos. Por isso, em um sentido muito restrito, a arte pode ser revolucionária quando representar uma mudança radical no estilo e na técnica, se tal mudança for empreendida por uma verdadeira vanguarda, que antecipa ou reflete mudanças substanciais no contexto social.

Para Marcuse a arte tem um papel que pode dar fundamento para um pensamento revolucionário e isso deve ser objeto de aliança entre arte e educação, servindo como base para uma teoria educacional. Mas, esclarece que uma definição meramente “técnica” da arte não pode ter qualidade, autenticidade ou verdade revolucionária:

[...] uma obra de arte pode denominar-se revolucionária se, em virtude da transformação estética, representar, no destino exemplar dos indivíduos, a predominante ausência de liberdade e as forças de rebelião, rompendo assim com a realidade social mistificada (e petrificada) e abrindo os horizontes da mudança social (libertação) (Marcuse, 1977: 13).

A tese de Marcuse (1977: 19-20) mostrará que as qualidades radicais da arte, sua denúncia do sistema estabelecido, sua evocação da “bela imagem⁴” e da liberdade, baseiam-se nas dimensões em que a arte transcende sua determinação social ao se emancipar a partir de um universo real do discurso e do comportamento.

Marcuse (1977: 20) deduz que a capacidade da arte para recriar o mundo ressurgente da subversão da experiência que lhe é própria e possível. A lógica interna da obra de arte termina na emergência de outra razão, de outra sensibilidade, que desafia à própria racionalidade e a sensibilidade que estão incorporadas nas instituições sociais dominantes.

Com todas as suas características ideológicas a arte permanece uma força dissidente e revolucionária. Diz Marcuse (1977: 21) que a função crítica da

⁴ Em alemão: “*schöner Schein*”.

arte e sua contribuição para uma luta de libertação residem em sua forma estética. Uma obra de arte é autêntica ou verdadeira, não por seu conteúdo ou sua representação correta das condições sociais ou sua pureza de forma, mas pelo seu conteúdo que toma forma. A alternativa de Marcuse (1969-b: 18 *apud* STEDEROTH, 2005: 341) para uma educação estética surge em seu ensaio *Experimentos Sobre a Libertação*⁵:

Em virtude dessas qualidades, a dimensão estética poderia servir como uma espécie de padrão para uma sociedade livre. Um universo de relações humanas não mais com o mercado a falseá-los, não mais baseado em exploração ou terror competitivos, exige uma sensibilidade liberta das satisfações repressivas das sociedades não livres; uma sensibilidade receptiva a formas e processos da realidade até hoje projectados no futuro apenas por meio da imaginação estética. Quanto às necessidades estéticas, têm o seu próprio conteúdo social: são as reivindicações do organismo humano, espírito e corpo, para a conquista de um mundo que só pode ser criado na luta contra as instituições que, pelo seu próprio funcionamento, negam e violam essas reivindicações (Marcuse, 1969-b: 44).

Para Marcuse (1977: 18), a imaginação está ligada à arte por este fator revolucionário. A verdade da arte reside no seu poder de dividir o monopólio da realidade estabelecida e dos que a estabeleceram para definir o que é o real. O mundo fictício e imaginário da arte aparece como uma verdadeira realidade: a pura realização da forma estética.

A arte deve estar empenhada em mostrar a percepção do mundo que aliena indivíduos, sua existência e atuações na sociedade estão comprometidas com a sensibilidade, com a imaginação e com a emancipação da razão em todas as esferas da subjetividade e da objetividade. Por isso a estética torna-se um veículo de reconhecimento e acusação (Marcuse, 1977: 22).

É evidente que só o mundo da arte não tornará possível outro princípio de realidade: a arte necessita do auxílio de todas outras instituições do mundo real, quando então poderá mostrar a realidade da alienação. Só como alienação a arte pode cumprir essa função cognitiva que comunica verdades não comunicáveis em outras linguagens. Marcuse afirma que enquanto o homem e a natureza não existirem como sociedade livre todas as suas potencialidades reprimidas e distorcidas só poderão ser representadas de forma alienante (Marcuse, 1977: 22).

⁵ A citada obra *An Essay on Liberation* foi traduzida com dois títulos: *Um Ensaio para a Libertação* na capa e *Um Ensaio sobre a Libertação* na folha de rosto. Tradução de Maria Ondina Braga. Livraria Bertrand, Imprensa Portugal – Brasil.

Marcuse (1977, p. 23-24) entende que o caráter afirmativo da arte tem origem no empenhamento de *Eros*, uma afirmação profunda dos Instintos de Vida, na sua luta contra a opressão instintiva e social. É a permanência e a imortalidade histórica da arte ao longo dos milênios de destruição que dão testemunho desse empenho. Assim, o caráter ideológico da arte só pode ser recuperado quando ela se fundamentar na práxis e na ideologia revolucionária.

No capítulo II de *a Dimensão Estética*, Marcuse (1977: 33) destaca, entre outros pontos, que a separação da arte do processo da produção material deu-lhe a possibilidade de desmistificar a realidade produzida no interior do sistema. O monopólio de determinar o que é real pela realidade estabelecida, sofre o desafio da arte que a fará criando um mundo fictício, contudo, mais real que a própria realidade.

Marcuse (1977: 35) nos ensina que *Eros* e *Thanatos* firmam seu próprio território de poder dentro e na luta de classes. Marcuse (1977: 39) entende que a novidade da sociedade contemporânea seria a possibilidade de uma sociedade organizada sob um novo princípio de realidade com a existência deixando de ser determinada pela necessidade do trabalho ou do repouso alienado e vitalício.

No cruzamento entre as teorias de Schiller e Marcuse, nossa intenção é nos apropriar destas ideias e novidades muito apropriadas para uma filosofia educacional regida por um novo princípio de realidade emancipador e, para tal, estabelecemos uma dialética entre tais princípios orientados para uma educação na qual prepondera *Eros*, no interior do princípio de prazer, liberto do princípio de realidade repressor do sistema estabelecido.

Marcuse diz que: “A arte não pode mudar o mundo, mas pode contribuir para a mudança da consciência e impulsos dos homens e mulheres, que poderiam mudar o mundo” (Marcuse, 1977: 42-43). Com audácia e ambição aproveitaremos sua afirmação, fazendo uma analogia: a educação não pode mudar o mundo, mas pode contribuir para a mudança da consciência e dos impulsos das instituições, dos homens, mulheres e movimentos sociais que podem mudar o mundo.

Fica, assim, exposta a tese básica de Marcuse (1977: 45) sobre a arte pela qual ela deva ser um fator de transformação do mundo. Nesse aspecto é preciso tomar cuidado porque se a tensão entre a arte e a práxis radical diminuir

de modo que venha perder sua própria dimensão de transformação, ela poderá se transformar no contrário daquilo que é a verdadeira arte revolucionária.

A essência da tese de Marcuse (1977: 48) é expressa pelo potencial radical da arte que reside na “não-identidade” com o princípio de realidade estabelecido.

No capítulo VI de *Dimensão Estética*, Marcuse traz outra ligação entre *Eros* e prazer, entre “belo e revolucionário”. Frequentemente ele associa “prazer” e “*Eros*” e a todo o momento induz que um elemento faz parte do outro. *Eros*, sendo a essência do prazer, necessariamente faz parte do princípio de prazer, implicando que ambos são revolucionários. Por isso, tanto a cultura como a sociedade estabelecida criaram o princípio de realidade para controlá-los:

Como pertencente ao domínio do *Eros*, o Belo representa o princípio de prazer. Assim, revolta-se contra o predominante princípio de realidade de domínio. A obra de arte fala da linguagem libertadora, invoca as imagens libertadoras da subordinação e da destruição da vontade de viver. Este é o elemento emancipatório na afirmação estética (Marcuse, 1977: 69-70).

Marcuse (1977: 69) pergunta: “Quais são as fontes deste potencial radical?” E responde: “Elas encontram-se, primeiro, na qualidade erótica do Belo, que persiste ao longo de todas as mudanças no ‘juízo de gosto’”. Tanto em Marcuse quanto em Schiller os conceitos de “*Eros*” e “Belo” através do princípio de prazer são elementos que podem alterar o princípio de realidade estabelecido, produzindo uma mudança social radical através de um novo princípio de realidade que pode e deve ser aplicada em uma teoria educacional.

Na criação da forma estética, os instintos vitais, conforme Marcuse (1977: 71), se rebelam contra o sadomasoquista que existe na civilização contemporânea: o regresso do reprimido, preservado na obra de arte pode intensificar essa rebelião. A obra de arte não repressiva, quando verdadeiramente bela, opõe sua própria ordem a ordem da realidade estabelecida. Assim, a obra de arte eterniza o momento de prazer, enquanto o belo como elemento revolucionário pertencerá às imagens de liberdade:

[...] os próprios instintos vitais lutam pela melhoria e igualização das condições de vida; em sublimação não repressiva, forneceriam a energia instintiva para o trabalho com vista ao desenvolvimento de uma realidade que não exigisse a repressão exploradora do princípio de prazer (Marcuse, 1969-b: 122).

Marcuse (1977: 72-73) entende que a autonomia da arte e seu potencial político se manifestam no poder cognitivo e emancipatório de sua sensualidade e na substância sensual do Belo preservada na sua sublimação estética.

Eros e *Thanatos* (vida e morte) são, ao mesmo tempo, amantes e adversários. A energia destrutiva de *Thanatos* pode ser cooptada para o serviço da vida num grau mais elevado, onde *Eros* está sob o signo da finitude e da dor. A arte, contra o fetichismo das forças produtivas, para continuar seu domínio, representa a liberdade, a felicidade do indivíduo e o objetivo de todas as revoluções contra a escravidão dos indivíduos (Marcuse, 1977: 75).

Marcuse entende que as potencialidades da arte como elemento revolucionário são capazes de estabelecer o novo em determinada sociedade estabelecida. A seu ver ela tem uma dimensão que pode alterar o princípio de realidade vigente:

A arte abre uma dimensão inacessível a outra experiência, uma dimensão em que os seres humanos, a natureza e as coisas deixam de se submeter à lei do princípio de realidade estabelecido. Sujeito e objeto encontram a aparência dessa autonomia que lhes é negada na sua sociedade (Marcuse, 1977: 78).

Para o filósofo, a arte do sistema estabelecido do capital está marcada pela ausência de liberdade e só ao se contradizer pode adquirir autonomia. Ter autonomia é não obedecer ao princípio de realidade estabelecido do capital, a sua negação. Neste combate a arte não se cala, cantando, dançando, dizendo sua palavra, sendo instrumento de combate à reificação, porque toda reificação é esquecimento e petrificação (Marcuse, 1977: 79).

Por todo o exposto, os indícios revelados nesta pesquisa nos permitem concluir que na dialética entre Marcuse e Schiller, o lúdico (composto pelo impulso formal e pelo impulso sensível) contribui com uma meta e uma direção para *Eros* como fundamento para um princípio de prazer visando um novo princípio de realidade, sendo este imprescindível para uma teoria educacional emancipadora, ao mesmo tempo, influenciando e se deixando influenciar por ele e por ela no processo educacional do educando.

REFERÊNCIAS.

Website da Família Marcuse. (2001) “**Biografia de Herbert Marcuse**”. 27 de Março de 2001. Disponível em:

<<http://www.marcuse.org/herbert/index.html#biography>>

Acesso em 20 de janeiro de 2013.

CAMPOS, Maria Teresa Cardoso de. (2004) "**Marcuse: Realidade e Utopia**". Annablume. São Paulo.

MARCUSE, Herbert. (1977) "**A Dimensão Estética**." Tradução de Maria E. Costa. Lisboa. Edições 70 & Martins Fontes. Porto, Portugal & São Paulo, BR.

MARCUSE, Herbert. (1999) "**Eros e Civilização**": Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. ZAHAR Editores. Rio de Janeiro, RJ.

MARCUSE, Herbert. (1999-b) "**Um Ensaio para a Libertação**" = "**Um ensaio sobre a Libertação**⁶". Tradução de Maria Ondina Braga. Livraria Bertrand. Lisboa.

MARCUSE, Herbert. (1969b) "**Versuch Über die Befreiung**." [s. ed] Frankfurt a. M.

SCHILLER, Friedrich. (2011) "**A Educação Estética do Homem**": *numa série de cartas*. Tradução de Roberto Schwartz e Márcio Suzuki. Iluminuras. São Paulo, SP.

STEDEROTH, Dirk. (2005) Educação a partir da Unidimensionalidade: contribuições de H. Marcuse para uma teoria educacional crítica. In: DALBOSCO, Claudio Almir y FLICKINGER, Hans-Georg. (comp) (2005) "**Educação e Maioridade**": dimensões da racionalidade pedagógica. Cortez y Editora da Universidade de Passo Fundo. São Paulo, SP y Passo Fundo, RS. pp. 329-347.

⁶ Obra com dois títulos, um na capa e outro na folha de rosto.